



COMPANHIA DAS LETRAS

A ARTE DA GUERRA

Pouco se sabe a respeito de SUN TZU, ou Mestre Sun. Acredita-se que ele seja originário do reino de Qi (onde hoje fica a província de Shandong, no nordeste da China) e que talvez tenha atuado como conselheiro para o reino de Wu (atual província de Zhejiang, ao sul) no final do século VI a.C. Nesse caso, ele teria sido contemporâneo de Confúcio (551-479 a.C.). Mas praticamente não existem menções a ele em registros da época, e não se sabe ao certo se esse indivíduo chegou a existir. É, portanto, impossível afirmar quem escreveu o breve tratado conhecido como *A arte da guerra*.

JOHN MINFORD estudou chinês em Oxford e na Universidade Nacional da Austrália, e lecionou na China, em Hong Kong e na Nova Zelândia. Foi organizador (com Geremie Barmé) de *Seeds of Fire: Chinese Voices of Conscience*, e (com Joseph S. M. Lau) de *Classical Chinese Literature: An Anthology of Translations*. Traduziu vários títulos do chinês para o inglês, incluindo os dois últimos volumes da edição Penguin Classics do romance *Hong Lou Meng* [O sonho da câmara vermelha] de Cao Xueqin, do século XVIII, e obras de ficção contemporânea de artes marciais do escritor Louis Cha, de Hong Kong. Atualmente, é professor de chinês na Universidade Nacional da Austrália.

LEONARDO ALVES nasceu em 1985, entrou na faculdade de Comunicação Social e se descobriu produtor editorial, profissão abraçada de vez em 2007. Em 2012, teve sua primeira tradução publicada. Já verteu do inglês obras dos mais diversos gêneros, incluindo *Deuses americanos*, de Neil Gaiman, e a trilogia chinesa *O problema dos três corpos*, de Cixin Liu, contos clássicos de Arthur Conan Doyle e a fantasia *Fogo e sangue*, de George R. R. Martin (em parceria com Regiane Winarski).

ANDRÉ BUENO é sinólogo e professor de história oriental na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), membro da Associação Europeia de Estudos Chineses, da Associação Europeia de Filosofia Chinesa, da Associação Latino-americana de Estudos Asiáticos e Africanos (Aladaa) e da Rede Ibero-americana de Sinologia (Ribsi).

SUN TZU

A arte da guerra

Tradução do inglês de
LEONARDO ALVES

Edição e introdução de
JOHN MINFORD

Apresentação de
ANDRÉ BUENO



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2019 by Penguin-Companhia das Letras
Copyright da introdução e comentários © 2002 by John Minford
Copyright da apresentação © 2019 by André Bueno

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Penguin and the associated logo and trade dress are registered and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with Penguin Group (USA) Inc.

TÍTULO ORIGINAL
Shiyijia Zhu Sunzi [孫子兵法]

PREPARAÇÃO
Silvia Massimini Felix

REVISÃO TÉCNICA
André Bueno

REVISÃO
Huendel Viana
Thaís Totino Richter

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tzu, Sun, 544-496 a.C.

A arte da guerra / Sun Tzu ; tradução do inglês de Leonardo Alves ; edição e introdução de John Minford ; apresentação de André Bueno. — 1ª ed. — São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2019.

Título original: Shiyijia Zhu Sunzi [孫子兵法]
ISBN 978-85-8285-090-9

1. Arte e ciência militar – Obras anteriores a 1800 2. Guerras – Estratégias militares – China – 500 a.C. I. Minford, John. II. Bueno, André. III. Título.

19-26996

CDD-355

Índice para catálogo sistemático:

1. Arte e ciência militar 355

Cibele Maria Dias — Bibliotecária — CRB-8/9427

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
www.penguincompanhia.com.br
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Apresentação — André Bueno	7
Introdução — John Minford	23
Nota sobre o texto	63
Lista de comentaristas chineses	69
Cronologias	73
Dinastias	73
Acontecimentos históricos	75

A ARTE DA GUERRA

1. Formulação de planos	81
2. Deflagração da guerra	86
3. Ofensiva estratégica	91
4. Formas e disposições	97
5. Energia potencial	102
6. Vazio e cheio	107
7. O confronto	115
8. As nove mudanças	122
9. Em marcha	126
10. Formas de terreno	135
11. Os nove tipos de campo	143
12. Ataque com fogo	158
13. Espionagem	163

A ARTE DA GUERRA COM COMENTÁRIOS

1. Formulação de planos	171
2. Deflagração da guerra	196
3. Ofensiva estratégica	210
4. Formas e disposições	231
5. Energia potencial	246
6. Vazio e cheio	265
7. O confronto	287
8. As nove mudanças	308
9. Em marcha	323
10. Formas de terreno	348
11. Os nove tipos de campo	368
12. Ataque com fogo	414
13. Espionagem	425
<i>Sugestões de leitura</i>	439

Apresentação

ANDRÉ BUENO

Passados milênios, *A arte da guerra* continua a ser um texto polêmico e amplamente discutido em todo o mundo. Concebido como um manual de estratégia, o livro ganhou uma dimensão multifacetada, conquistando espaço dentro dos mais diversos campos do pensamento. Ainda assim, o debate sobre *A arte da guerra* está longe de se esgotar, e continua a proporcionar abordagens distintas, que buscam captar o sentido essencial do texto — de acordo, claro, com a interpretação de seus tradutores e leitores. Esse vasto panorama de análises enriquece constantemente nossas possibilidades de ler a obra, ampliando suas inúmeras interfaces.

Contudo, o Brasil não desenvolveu uma tradição acadêmica em estudos chineses, o que torna a aventura de ler *A arte da guerra* uma tarefa, por vezes, complicada. Conhecemos pouco sobre a história da China Antiga, seus pensadores, paisagens e cultura. Ouvimos falar vagamente da China nas aulas da escola — e é possível passar por uma faculdade inteira de história e conservar o mesmo desconhecimento. Por essa razão, muitos fazem uma leitura superficial ou deslocada de *A arte da guerra*, sem conhecer seus fundamentos e compreendendo apenas em parte os conceitos discutidos ao longo da obra.

Buscaremos, portanto, fazer uma breve introdução ao contexto histórico da China Antiga em que *A arte da guerra* surgiu, de modo que se compreendam as razões que te-

riam levado o livro a se tornar um sucesso já em sua época. Veremos que as propostas de Sun Tzu* continuam atuais em muitos sentidos, fazendo com que esta obra tenha uma permanência incomum para livros não religiosos: por fim, falaremos também um pouco sobre a tradução que se apresenta aqui, e sua importante contribuição para o entendimento da obra em nosso país.

A ÉPOCA DAS CALAMIDADES

Em torno dos séculos VII-VI a.C., quando os filósofos gregos davam seus primeiros passos, a China já era um vasto e complexo império havia milênios.¹ A civilização chinesa era análoga às do Egito, da Índia e dos povos da Mesopotâmia em antiguidade, mas os chineses conseguiriam a proeza de manter uma unidade cultural dinâmica e estável, que atravessaria os séculos e preservaria uma conexão sólida com o passado e com suas raízes. Apesar disso, no fim do século VII a.C., o país passava por uma violenta crise política e social. Uma escala sem precedentes de violência delineava-se no horizonte próximo, afetando a sociedade e o delicado equilíbrio entre o império e seus estados. Denúncias de corrupção, disputas, intrigas políticas, abusos de poder e uma generalizada insatisfação tomavam conta do povo. Havia um sentimento claro de decadência — e, provavelmente, de destruição.

As razões para isso estavam no lento e gradual processo de enfraquecimento das instituições políticas. Desde o século XI a.C., reinava a dinastia Zhou, que estabelecera um sistema de governo similar ao feudalismo encontrado na Idade Média europeia.² Ao assumir o poder em 1027 a.C., os soberanos da casa de Zhou instituíram um

* A grafia mais atual é *Sunzi*, mas nesta edição usaremos a versão consagrada, *Sun Tzu*. (N. E.)

conjunto de relações nobiliárquicas de vassalagem para administrar o extenso território chinês, distribuindo terras entre membros da elite e seus associados. Territórios com uma estrutura bastante semelhante aos de nossos conhecidos baronatos, marquesados e ducados medievais foram concedidos em troca do juramento de fidelidade e subserviência à casa de Zhou. Logo, alguns desses territórios mais poderosos se transformariam em estados praticamente autônomos, e seus governantes invocariam o direito de usar a palavra “rei” (*Wang*).

Disputas territoriais, guerras constantes e o aprofundamento da divisão política entre os estados fizeram com que a China se encontrasse em uma situação peculiar: embora os chineses se entendessem pertencentes a uma mesma cultura, eles passaram pouco a pouco a se identificar com suas terras de origem, diluindo a noção de um império maior. Os soberanos da dinastia Zhou não foram capazes de manter o arbítrio nos conflitos entre os diversos “reinos” (*guo*), e sua representatividade política decaiu de modo considerável.

A autoridade de Zhou baseava-se na crença de que essa casa dinástica representava a vontade do “Céu” (*Tian*). O “Céu” era entendido como um conceito polissêmico, que podia representar tanto uma divindade maior como uma noção de ordem ecológica. O imperador era o “Filho do Céu”, entronizado para manter uma ordem harmônica com a natureza (organizando o calendário produtivo, observando o ritmo das estações do ano), garantindo o funcionamento da sociedade e a estabilidade entre os territórios. No século VI a.C., porém, estava claro que a dinastia Zhou não era mais capaz de garantir nenhuma dessas coisas.

A *Crônica das primaveras e outonos* (*Chunqiu*),³ livro que conta a história de Lu, terra natal do sábio Confúcio (de quem falaremos adiante), manifesta claramente esses distanciamentos de uma autoridade central. Todos os eventos narrados tratam das intrigas, movimentos, articulações

e disputas entre os estados rivais. A ausência da figura soberana de Zhou é notável. O império estava prestes a ruir e as consequências seriam, é claro, catastróficas.

OS REINOS COMBATENTES

Em torno de 475 a.C., apenas sete reinos haviam sobrevivido às inúmeras guerras entre os territórios: Han, Chu, Qi, Qin, Yan, Wei e Zhao. Estes sete haviam incorporado todos os outros territórios independentes e encurralado o reino Zhou em um diminuto pedaço de terra, encerrando de vez o papel político dessa casa. Jean Levi, em seu livro *Los funcionarios divinos*,⁴ nos mostra de maneira esclarecedora um contexto histórico complexo e marcado por inumeráveis artimanhas políticas. Nesse conflituoso período, as alianças alternavam-se de maneira constante e rápida, todos se traíam de forma mútua, e estava claro que apenas um dos sete reinos poderia sobreviver à guerra civil.

As ações diplomáticas tentavam de algum modo estabelecer certo equilíbrio entre os reinos, mas era impossível manter a situação por muito tempo. O livro *Crônicas dos Reinos Combatentes (Zhanguoce)*⁵ nos fornece um quadro interessante dessa época: ele relata inúmeros episódios, muitas vezes de forma quase anedótica, nos quais as decisões estratégicas e políticas são permeadas por uma tensão vívida entre crenças, artifícios e as antigas tradições culturais, com a visão de um futuro inteiramente distinto e incerto. O texto busca narrar os quase dois séculos de conflitos que marcaram esse tempo sangrento.

A ascensão dos militares foi uma característica do período. Antes, a guerra era essencialmente travada entre nobres, que, instalados em suas bigas, combatiam muitas vezes em duelos. Não era raro que certas batalhas fossem inconclusivas. A infantaria — com exceção de certo número de soldados palacianos — era arremetida entre

os camponeses, que, mal armados e pouco motivados, constituíam praticamente todo o cenário da batalha.⁶ Mas depois do século VII a.C., isso começou a mudar. O aumento das lutas entre os reinos levou a mobilizações constantes e, em consequência, à formação de um corpo militar regular. De maneira rápida, o número de soldados cresceu e se profissionalizou. O exército se tornou um meio de mobilidade social, permitindo que ex-camponeses se transformassem em oficiais importantes.

Foi o Reino de Qin que elaborou um amplo projeto de militarização da sociedade, construindo o exército mais poderoso do planeta no século V a.C. É possível que quase 500 mil homens tenham servido nas forças de Qin, criando uma máquina de destruição e conquista nunca antes vista na história chinesa. Esse exército era parte de um programa político radical, que visava construir uma nova China: alicerçado em um Estado centralizado, o país seria reunificado em um único governo, comandado pelo imperador, mas auxiliado por um corpo burocrático de funcionários públicos, substituindo as nobrezas locais — que deveriam ser eliminadas.⁷ O governo incluía, assim, grupos sociais menos favorecidos na administração pública, gerando uma nova mobilidade social. Mas, por outro lado, aumentava a repressão e o controle sobre a sociedade em níveis igualmente inéditos.

O caráter radical desse projeto se revelou eficiente para submeter os combalidos reinos chineses. Qin soube tirar partido de sua posição geográfica, de seus recursos naturais e de seu gigantesco exército para empreender guerras sistemáticas que aos poucos derrubaram seus inimigos. Em 221 a.C., eles conseguiram por fim reunificar a China, estabelecendo um novo sistema imperial. Esse modelo sobreviveria, com algumas variações, nas dinastias subsequentes até 1912, quando o país se tornaria uma República.

Parte fundamental do projeto de Qin estava calcada em um novo pensamento sobre o papel das forças mili-

tares, como vimos. Nesse sentido, o livro de Sun Tzu foi uma peça decisiva nos planos estratégicos — não apenas de Qin, mas de todos os reinos — para alcançar a supremacia. Em Qin, contudo, *A arte da guerra* foi empregada de forma profunda e decisiva, mostrando sua eficácia. E, para compreender isso, precisamos voltar um pouco no tempo e conhecer mais sobre o pensamento chinês antigo, o surgimento das principais doutrinas e a formação da escola dos estrategistas.

AS CEM ESCOLAS DE PENSAMENTO⁸

No século VI a.C., os pensadores chineses estavam atentos às mudanças que ocorriam no panorama político e cultural de sua civilização. O crescimento da violência e a ameaça de colapso da sociedade tornaram-se objeto de uma reflexão profunda. Como preservar o ideal de equilíbrio com a natureza, resgatar a harmonia entre os seres e assegurar a manutenção da vida?

Esse período foi crucial para uma reviravolta ética no pensamento chinês. Até então, a reflexão filosófica e científica chinesa centrava-se no *Tratado das mutações* (*Yijing* no método de transliteração *pinyin*, ou *I Ching* na versão brasileira), livro que explicava os conceitos cosmológicos fundamentais da natureza e funcionava como oráculo; e no *Livro dos ritos* (*Liji*), ampla seleção sociológica e cultural que explicava os costumes, regras, sacrifícios, crenças etc. Além deles, o *Tratado dos livros* (*Shujing*) oferecia uma visão mais ampla de passagens históricas, e as *Poesias* (*Shijing*) resgatavam imagens do cotidiano, das aspirações e visões de mundo do povo chinês.⁹

Todo esse material deveria ser capaz de oferecer os elementos básicos para sustentar a cultura chinesa, preservando seus conceitos e servindo para educar as mais diversas camadas sociais. Porém, estava claro para os

pensadores que essas fontes já não seriam mais suficientes, que algo havia se perdido ou estava superado. Foi nesse contexto que a palavra *Tao* (que a grafia mais corrente diz “Dao”) tomou um novo sentido, tornando-se o principal objetivo dos intelectuais chineses. *Tao* pode significar caminho ou método, ou seja, começara a busca por uma nova forma de enfrentar os dilemas morais que se apresentavam, e por um sistema que fosse capaz de solucionar os problemas do país. Um grande número de escolas se formou, resultando em um longo período de discussões que se estenderia até o século III a.C. e seria chamado de “Disputa das cem escolas” (*Baijia Zhengming*). Muitas desapareceram com o tempo, ou não alcançaram prestígio suficiente para serem preservadas. Vamos analisar algumas das mais importantes.

O primeiro pensador a se destacar foi Confúcio (Kongzi, 551-479 a.C.), que defendia a elaboração de um amplo projeto educacional para a sociedade como método para restaurar a Harmonia. Ele pretendia preservar a cultura antiga e resgatar as tradições por meio do estudo. Seu objetivo era formar pessoas mais sociáveis e educadas no âmbito moral, e preparar os mais capazes na arte do governo. Apenas assim poderia ser reestabelecido o equilíbrio entre a humanidade e a natureza, promovendo um governo pacífico. Confúcio tornou-se um pilar da cultura chinesa, orientando alguns de seus principais conceitos filosóficos, estruturando uma ideologia política durável, reelaborando sua práxis social e valorizando a educação como principal meio de desenvolvimento dos seres. A escola de Confúcio seria muito bem-sucedida a partir do século III a.C., quando suas teorias foram incorporadas à doutrina oficial da dinastia Han.

Na mesma época, mas em sentido oposto, o sábio chamado Lao Tzu (também grafado como Lao-tsé ou Laozi) propunha um abandono total da cultura tal como era entendida. Para ele, a civilização era a origem de todo mal,

por ter se afastado da natureza criando rituais e regras artificiais. Seu caminho consistia em buscar a essência original do ser humano, aproximando-o da natureza em seu estado mais primitivo. Esse ideal de desprendimento da sociedade e das questões materiais era inovador e pretendia ser o único caminho verdadeiro para a realização — daí a razão dos seguidores de Lao Tzu denominarem seu método como “O caminho”, por entenderem que seu caminho estaria na origem de todos os outros. Os ensinamentos dessa escola se disseminaram por entre os pensadores chineses, alcançando tanto sucesso como a escola de Confúcio.

Outras escolas também foram importantes: Mozi (século v a.C.) defendia um governo comunitário, que rejeitasse as tradições ancestrais e privilegiasse uma relação igualitária entre as pessoas; a Escola das Leis, de Shang Yang (século IV a.C.) defendia que o método correto era a reconstrução do Estado por meio de leis eficazes, que controlassem todas as atividades sociais e produtivas, centralizando o poder e anulando as discordâncias políticas. A Harmonia seria produzida, assim, de modo artificial, pois seria da natureza humana criar regras e leis. Hanfeizi (século III a.C.), seguidor dessas teorias, foi o principal articulador do projeto de Qin, que levou à reunificação em 221 a.C. No programa da Escola das Leis estava a ênfase nas atividades militares, como principal meio de controle social e de conquista de recursos. Isso os aproximou intimamente das obras dos estrategistas, tais como Sun Tzu.

A ESCOLA DOS ESTRATEGISTAS

A estratégia era um assunto conhecido pela nobreza, mesmo antes do Período dos Reinos Combatentes. Sun Tzu, por exemplo, cita o *Livro da guerra (Bingshu)*, atualmente perdido, que devia ser um manual bem conhecido na época

da dinastia Zhou. Todavia, é o recrudescimento dos combates que dará um destaque crescente aos estrategistas, e depois do século VI a.C. eles se tornam figuras importantes nas cortes. Alguns desses pensadores produziram seus próprios livros, defendendo um novo método (*Tao*) para a resolução dos conflitos: simplesmente vencer. Essa seria a marca principal dos textos da Escola Militar (Bingjia); o sistema dos estrategistas buscava estabelecer a supremacia, e, alcançando o poder, o governante poderia definir suas prioridades e preferências.

Foram vários os textos e autores classificados como pertencentes a essa escola: *As seis lições secretas da guerra*, de Taigong; o *Livro de Wuzi*, de Wuzi; o *Livro dos cavaleiros*, de Sima Jiang; o *Livro de Wei Liaozi*, de Wei Liaozi; e finalmente *A lei da guerra* (ou mais usualmente *A arte da guerra*, em chinês *Sun Tzu bingfa*), de Sun Tzu, e o *Livro de Sunbin*, que teria sido escrito por um descendente de Sun Tzu como comentário à sua obra.

Todos esses textos tratavam de estratégia e foram razoavelmente preservados até os nossos dias. No entanto, o que fez com que o livro de Sun Tzu sobressaísse? Um olhar para os outros textos pode nos indicar alguns pontos: em primeiro lugar, Sun Tzu não tenta propor qualquer elemento para além da própria estratégia. Já no primeiro capítulo, entre as cinco condições necessárias para prever o desfecho de uma guerra, a primeira delas é o Tao — ou seja, como o governante lida com seu povo, qual opção político-filosófica ele escolheu. Ele não sugere nenhuma postura, apenas informa que um governante, ou um general, deve ter regras para essa questão. Isso fazia todo o sentido em um contexto no qual as políticas variavam de estado para estado, e muitos governantes não viam com bons olhos a interferência em seus modos de governar. Livros como o de Taigong ou Sima Jiang eram cheios de conselhos morais e orientações administrativas locais, o que tornava sua aceitação reduzida.

Em segundo lugar, o texto de Sun Tzu é simples, direto e eficaz, como devem ser os comandos militares. Não há digressões, as orientações são simples e podem ser memorizadas. O livro era perfeito para a formação de oficiais e para a vulgarização entre os soldados. Isso tornava *A arte da guerra* muito mais atraente do que seus congêneres, que por vezes recorriam a uma linguagem rebuscada ou indireta. Apenas o livro de Wuzi poderia ser comparado, em estrutura, ao de Sun Tzu; mas é um texto muito mais sucinto e limitado, que não cobria diversos aspectos analisados pela obra *A arte da guerra*. Com isso, foi amplamente difundido como manual de instrução dos exércitos, sobretudo em Qin. As sucessivas vitórias alcançadas comprovaram a efetividade das propostas de Sun Tzu.

Depois da ascensão do império Qin em 221 a.C., a Escola dos Estrategistas continuou a se desenvolver, encontrando uma durabilidade notável no pensamento chinês; e, ao longo dos séculos, novos especialistas surgiriam, acrescentando suas teorias e pontos de vista ao método militar. No entanto, o livro de Sun Tzu continuou a ser a maior e mais destacada expressão dessa linha de pensamento, sendo considerada a referência fundamental em estratégia.

O LIVRO E SEUS COMENTARISTAS

Chega a ser estranho que, mesmo tendo alcançado tanto sucesso, *A arte da guerra* tenha um autor quase desconhecido. Sabemos muito pouco sobre Sun Tzu. Supostamente ele teria vivido entre 544 e 496 a.C., sendo contemporâneo de Confúcio; no entanto, o texto de *A arte da guerra* torna isso inviável, pois citações como a do uso da balestra — que só surge no século IV a.C. — indicam que o texto é mais recente. A única biografia disponível sobre ele é um trecho sucinto no capítulo 65 das *Recordações históricas* [*Shiji*] de Sima Qian. As *Primaveras e outonos*

dos estados de Wu e Yue [Wu Yue Chunqiu] falam brevemente sobre ele, e nada mais.

Devido a uma ou outra citação esparsa, podemos dizer que Sun Tzu parece mesmo ter existido, mas lembremos que essas indicações são feitas séculos depois, e sua confiabilidade é precária. Por conta disso, as mais diversas teorias sobre a autoria da obra foram cunhadas, porém nenhuma delas foi relevante para os próprios chineses. Eles simplesmente tratam Sun Tzu como alguém que existiu e sobre o qual se sabe pouco; e isso em nada influenciou a apreciação que o livro teve ao longo da história.

Para termos uma ideia da recepção do livro desde a China Antiga até os nossos dias, podemos observar a questão dos comentaristas de *A arte da guerra*. Um dos procedimentos mais comuns entre os intelectuais chineses é o de comentar uma obra importante, apresentando seus pontos de vista sobre determinadas questões. É provável que esse sistema tenha surgido do hábito absolutamente trivial de anotar os textos que lemos; contudo, alguns comentários foram considerados tão elucidativos que, pouco a pouco, foram sendo anexados à obra de Sun Tzu. Atualmente, *A arte da guerra* conta com uma relação de onze comentaristas mais conhecidos, das mais diversas épocas da história chinesa. É fascinante pensar que um comentarista do século IV, por exemplo, poderia ser analisado e respondido por outro pensador do século XII, mostrando um aspecto peculiar da mentalidade chinesa: séculos depois, portanto, a discussão sobre uma mesma passagem do texto continuava atual, envolvendo diferentes contextos históricos e intelectuais das mais diversas escolas.

NO OCIDENTE

Em 1772, o jesuíta francês Jean Joseph Marie Amiot fez a primeira tradução de *A arte da guerra* para uma lín-

gua ocidental. Amiot era missionário na China e conhecedor profundo da língua chinesa. Ao traduzir o livro, ele provavelmente escolheu o termo “arte” em lugar de “lei” para fazer o livro dialogar com outras obras similares, como o *Compêndio militar* de Flávio Vegécio (século IV d.C.), *A arte da guerra* de Nicolau Maquiavel (1520) e *Arte da guerra* — ou apenas *Da guerra* no original alemão — de Carl Clausewitz (1832). O livro despertou um amplo interesse entre os pensadores e militares, e recebeu mais algumas versões ao longo do século XIX. Em 1910, Lionel Giles fez a tradução que seria considerada “padrão” em língua inglesa, e sobre a qual John Minford fez a revisão que agora apresentamos. Curiosamente, porém, a vulgarização do livro foi feita por James Clavell — autor de novelas históricas asiáticas, como *Xógum* e *Tai-pan* —, que em 1983 revisitou a obra de Giles e produziu uma versão própria (e simplificada) do texto, alcançando um grande público leigo.

Depois disso, sinólogos experientes como Ralph D. Sawyer (1994)¹⁰ e Jean Levi (2000)¹¹ fizeram excelentes traduções de *A arte da guerra*, privilegiando pontos específicos de abordagem. Contudo, as perspectivas teóricas e metodológicas dos tradutores são responsáveis pela maneira como o texto foi traduzido, aproximando-o ora de uma linguagem literária clássica, ora de um manual militar, ora de um texto filosófico. Essa abordagem interdisciplinar deu margem para as mais diversas interpretações — e aplicações — da obra de Sun Tzu. Não é raro vermos hoje estudos sobre *A arte da guerra* conectados ao mundo da administração, dos negócios, da vida pessoal etc. Essas questões são importantes, pois aproximam o leitor da visão do tradutor — mas como atingir uma interpretação mais próxima do que realmente o próprio Sun Tzu queria dizer?

A TRADUÇÃO DE JOHN MINFORD

A presente tradução de *A arte da guerra* de Sun Tzu representa uma contribuição importante para o quadro das versões ocidentais desse livro. Minford atualizou e reinterpretou a obra de Giles para o inglês, mantendo os vastos comentários feitos pela tradição chinesa, o que enriquece sobremaneira a leitura de Sun Tzu. As copiosas notas nos proporcionam uma introdução histórica segura, calcada nos estudos anteriores sobre *A arte da guerra*, incluindo aí autores ocidentais e chineses. Aliás, tanto Giles como Minford se inserem na seção dos comentaristas, fazendo importantes analogias entre o texto chinês e episódios destacados da tradição militar ocidental.

A versão de Minford reestrutura o texto, deixando-o sintético e versificado, conseguindo reproduzir a concepção original de *A arte da guerra*: ser um texto de fácil memorização e assimilação. Alguns conceitos específicos se apresentam em novas versões, ampliando o debate sobre como traduzir os termos originais chineses, trabalho essencial para a construção de um vocabulário sinológico.

Penso ser necessário assinalar que a tradução de Leonardo Alves para o português foi primorosa, contando com um amplo esforço de pesquisa e capacidade de adaptação dos termos e passagens em inglês e chinês. A transliteração de certos termos chineses exige grande sensibilidade, de modo que capte o sentido essencial que eles representam. Nessa versão, manteve-se a originalidade, a fluência e a clareza do texto, alcançando uma fidelidade gratificante em relação ao texto chinês e à tradução de Minford.

A versão que agora se apresenta significa, portanto, um novo passo para aprofundarmos nosso conhecimento sobre *A arte da guerra* de Sun Tzu, tornando-se indispensável para aquele que deseja conhecer mais sobre essa obra e as estratégias clássicas chinesas.

Notas

- 1 Duas excelentes obras podem servir de introdução a esse período: de Ana Maria Amaro, *O mundo chinês: Um longo diálogo entre culturas* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1998); e de Ricardo Joppert, *O alicerce cultural da China* (Rio de Janeiro: Avenir, 1979).
- 2 Apesar de o uso do termo ser anacrônico, já que esse sistema político e econômico teria surgido na China muito antes de o feudalismo aparecer na Europa, o termo “feudalismo” tornou-se um facilitador para compreender aquilo que os chineses chamavam de sistema *Fengjian*. Esse tema foi abordado no basilar estudo do sinólogo francês Marcel Granet, *La Feodalité chinoise* [1952] (Paris: Imago, 1981).
- 3 Uma versão em português desse livro é a do padre Joaquim Guerra, *Quadras de Lu e relação auxiliar* (Macau: Jesuítas Portugueses, 1983. 5 v.).
- 4 Jean Levi, *Los funcionarios divinos: Política, despotismo y mística en la China antigua*. Madri: Alianza, 1991.
- 5 James Crump, *Chan-kuo ts’è*. Oxford: Clarendon, 1970.
- 6 Uma descrição mais detalhada da questão da guerra na China Antiga pode ser vista em Ralph D. Sawyer, *Ancient Chinese Warfare* (Nova York: Basic Books, 2011). O livro de Marcel Granet, *A civilização chinesa* (Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979), traz a visão das fontes chinesas sobre o cotidiano do período.
- 7 Yuri Pines, *The Birth of an Empire: The State of Qin Revisited*. Berkeley: University of California Press, 2014.
- 8 Novamente, uma sugestão para aprofundar essa seção é o livro de Anne Cheng, *História do pensamento chinês* (Petrópolis: Vozes, 2008).
- 9 A única versão completa desses textos foi feita, em português, pelo mesmo padre Joaquim Guerra, que publicou o *Livro dos cantares* (1979) [*Shijing*], *Escrituras selectas* (1980) [*Shujing*], *O cerimonial* (três volumes, 1983) [*Liji*] e *O livro das mutações* (1984) [*Yijing*], todos pela editora Jesuítas Portugueses, de Macau.

- 10 Ralph D. Sawyer, *The Art of War*. Nova York: Basic Books, 1994; Id., *The Seven Military Classics Of Ancient China*. Nova York: Basic Books, 2007.
- 11 Jean Levi, *Sun Tzu, L'Art de la guerre*. Paris: Hachette, 2000.

Introdução

JOHN MINFORD

O Caminho da Guerra é um Caminho de Ardis.
Mestre Sun, capítulo 1

O breve tratado *A arte da guerra*, do Mestre Sun, é ao mesmo tempo inspirador e sinistro. É belo e tenebroso. Concentra uma parte da essência irreduzível da cultura chinesa e é uma obra conhecida há séculos pela elite cultural do país. Só esses fatos já conferem uma importância extraordinária a este livro, que precisa ser lido por qualquer pessoa que pretenda lidar com a China ou o Japão. Durante a Segunda Guerra Mundial, E. Machell-Cox produziu uma versão para a Royal Air Force (RAF), a força aérea britânica. “O Mestre Sun”, escreveu ele, “é fundamental, e sua leitura, se feita com discernimento, expõe o mecanismo mental de nosso inimigo. Estude-o, e volte a estudá-lo. Não se deixe enganar por sua simplicidade.”¹ Hoje, com a atuação cada vez mais presente da China no mundo, o Mestre Sun se tornou leitura obrigatória para empreendedores globais. “A primazia suprema vem não da vitória em qualquer batalha, mas da derrota do inimigo sem sequer um combate” (capítulo 3). Ou, nas palavras de Gordon Gekko, o especulador agressivo do genial *Wall Street: poder e ambição*, filme de Oliver Stone sobre o capitalismo americano do final do século xx: “Eu faço apostas certas. Sun Tzu: ‘Toda batalha é vencida antes de começar’. Pense nisso”.

Contudo, *A arte da guerra* oferece mais do que um vislumbre sobre o modo chinês de fazer as coisas (incluindo os negócios). Como seu venerável predecessor, *O livro das mutações*, é uma obra que permite infinitas aplicações. Já foi até usada como base para um livro americano de autoajuda sobre relacionamentos.² Com certeza também poderia servir para um livro sobre tênis, culinária ou direção defensiva. Os conselhos estratégicos que o texto oferece referem-se a muito mais do que conduta durante a guerra. É um livro antigo de sabedoria proverbial, um livro para a vida.

PLANOS ASTUTOS, CULTURA POPULAR

A cidade vazia

O livro *Sanguo yanyi* [Romance dos três reinos], composto em algum momento dos séculos XIV ou XV, foi descrito como uma expansão vernácula das ideias do Mestre Sun, uma versão romanceada de “guia popular de guerra, uma descrição da estratégia clássica e das soluções táticas que faziam parte da antiga teoria da guerra, uma lição simplificada sobre a teoria clássica [da guerra]”.³ Em uma cena do capítulo 38, o “Dragão Adormecido” Zhuge Liang (181-234), o mais famoso de todos os magos estratégicos da China, finalmente encontra Liu Bei (161-223), aspirante ao trono da dinastia Han — que estava em declínio. É a terceira vez que Liu visita o refúgio do ermitão, depois de duas tentativas infrutíferas. O Dragão está em casa, e Liu o encontra pessoalmente, uma figura marcante trajada com véu de seda e um manto taoista* forrado de penas de ganso que emanava o “ar complacente de transcendência

* Embora a grafia mais atual seja “daoista”, nesta edição usaremos a versão consagrada, “taoista”. (N. E.)